

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARDO DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUTMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redação Chefe

MARCOS SÁ CORREIA — Editor

FLAVIO PINHEIRO — Editor Assessor

Contra a História

Um por um, os defensores do mandato de cinco anos vão todos se rendendo à evidência de que é impossível pensar em tese sobre matéria de natureza política urgente. Entre os governadores com peso político, o de São Paulo ratificou enquanto é tempo: é pelos quatro anos, com a ressalva de que jamais foi favorável aos cinco anos. A opinião pública aceita e agradece a explicação. Outro que desceu do ponto de vista teórico para o meio da rua é o presidente do PMDB, que também reconhece a preferência generalizada pelo mandato menor.

A opção vai se encerrar por falta de optantes, e quem ficar para trás acabará devorado pelo *monstro* que a democracia criou e que não a ameaça. A opinião pública é um exercício de persuasão que a sociedade pratica por conta própria. No caso da definição do mandato presidencial, repetiu-se o fenômeno que já se havia manifestado na campanha pelas diretas, na pressão que desencadeou o PDS e, por último, na eleição de Tancredo Neves. E até que os brasileiros possam se redimir com a eleição do presidente da República, a cidadania se manifestará da forma que mais lhe convenha a cada situação política.

A preferência pelo mandato de quatro anos fechou mais um ciclo da opinião pública. Reserva-se a ingloria desvantagem de todas as tentativas de barrar o curso da História a esse empenho oficial de recolher assinaturas e fazer declarações em favor do mandato de cinco anos. Tempo perdido. O líder do governo na Câmara anuncia para hoje a apresentação, ao próprio presidente, de uma subscrição em favor dos cinco anos. Não se deu conta de que muitos signatários estão apenas aliviando uma pressão desagradável. Assinar o nome não implica o compromisso político de votar: é apenas um favor pessoal a quem quer prestar serviço de líder a um governo sem mais nada a fazer.

Não se pode esperar qualquer efeito político da atitude ambígua do presidente Sarney, que se declara de acordo com a decisão de quatro anos mas não desautoriza o alijamento oficial por parte dos seus auxiliares mais próximos e prestativos. É difícil afastar a ideia de que

toda essa movimentação seja para consolar o presidente e conseguir favores. É impossível admitir, em sã consciência, que haja deputados e senadores dispostos a afrontar a preferência generalizada dos brasileiros pela eleição este ano. A não ser — é claro — aqueles que estejam negociando a própria vaga nas futuras eleições.

Outro exemplo dessa invertebrada atitude do governo é a falação do ministro Prisco Viana, que se enrola num jogo de palavras para o qual não tem coerência e nem passado: está cuidando mais da sua casa própria quando, como ministro da Habitação, vem a público dizer que o descontentamento é geral porque inclui, ao lado do presidente da República, os governadores, deputados e senadores. É realmente muito grande a insatisfação, mas a preferência vai para a presidência da República. Questão de merecimento. Os governadores, deputados e senadores foram, pelo menos, eleitos pelo voto dos cidadãos. Falta eleger o presidente da República, e os brasileiros querem fazer a sua escolha este ano. É aí que não há legitimidade.

No momento oportuno — isto é, nas eleições de 1990 — os brasileiros acertarão as contas com os deputados e senadores que não estão sabendo honrar o mandato e não estão atentos à representatividade. O ministro Prisco Viana é candidato a ser despejado do mandato, por tanto mudar de casa. Falta-lhe autoridade política para incriminar os *históricos* do PMDB, pois em matéria de PMDB é um retardatário. O mais assíduo e dedicado malufismo não é um bom antecedente para defender, em nome do PMDB, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, que afinal de contas quis ser candidato a vice do candidato Paulo Maluf mas acabou se elegendo vice de Tancredo Neves.

Só um governo de vista cansada ou o auilicismo deslumbrado pelas vantagens imediatas do poder podem enganar-se tanto a ponto de acreditar que, plantando favores, colherão votos favoráveis ao mandato de cinco anos. O máximo que o famoso *cordão* consegue é colher assinaturas e, com isso, proporcionar uma alegria efêmera ao presidente: e ser regamente recompensado pelo esforço.